

O Boletim nº 4 do Observatório de Política Fiscal é resultado da 4ª reunião, realizada na Escola de Administração Fazendária (Esaf), no dia 31 de agosto de 2009, que discutiu assuntos relacionados à Política Fiscal.

A reunião contou com os organizadores e alunos da Esaf, representantes da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional, do Tesouro Nacional, do Legislativo, do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, da Universidade de Brasília, do Ministério do Planejamento e do Professor Fernando Rezende da FGV.

### Agenda Legislativa em Matéria Fiscal

#### I. Legislação em tramitação

O Congresso Nacional aprovou o pacote de Medidas Provisórias que visava à redução do impacto da atual crise econômica mundial. Apenas a MP nº 462, que tratava do Fundo Soberano, não foi convalidada pelo Congresso.

Como ficou estabelecido que não fossem aceitas medidas provisórias que tratem de matérias diversas em um único ato legal, a MP nº 462 seria a última de vários assuntos.

Foi noticiado que o conjunto de projetos relativos à cobrança de créditos inscritos em Dívida Ativa da União e Transação já estão prontos e merecem especial atenção de todos.

O Projeto de Lei nº 5.082/2009 propõe alterações nos seguintes dispositivos legais: Lei nº 9.430, de 1996; Lei nº 10.522, de 2002; Lei nº 10.406, de 2002 e o Decreto nº 70.235, de 1972. O referido Projeto e as emendas apresentadas estão no sítio da Câmara, endereço <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>.

### Arrecadação

A crise econômica internacional apresentou reflexos importantes na arrecadação tributária. Após vigoroso crescimento no período de 2003-2008, o final deste último ano e o primeiro semestre de 2009 mostraram-se bastante afetados, acompanhando uma série de indicadores econômicos em depressão.

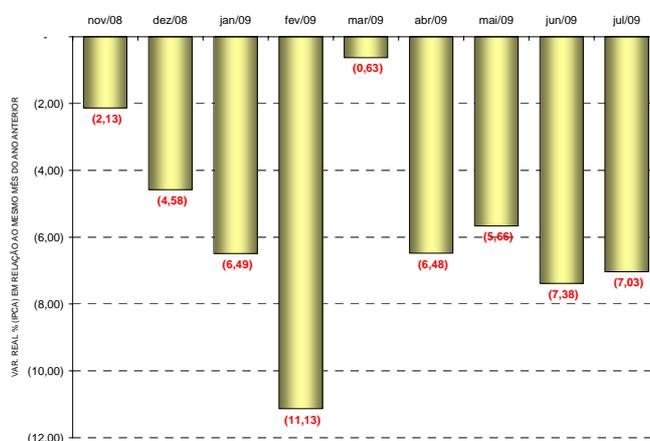
A arrecadação dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e das demais receitas, taxas e contribuições controladas por outros órgãos atingiu o valor de R\$ 58.672 milhões no mês de julho de 2009 e de R\$ 380.048 milhões no período de janeiro a julho de 2009. O desempenho da arrecadação no período de janeiro a julho de 2009, em relação a igual período de 2008, teve uma variação real acumulada, com atualização pelo IPCA, de -6,39%.

Com relação à Receita Previdenciária houve um crescimento na arrecadação, apresentando variações reais de +3,11% em 2008 e de +8,85% em 2009. Contribuíram positivamente para o resultado as receitas de órgãos do Poder Público (+28,49%), repasses (+18,74%), empresas optantes pelo Simples (+14,95%), retenção de 11% (+10,43%), arrecadação de pessoa física (+9,69%), retenção de FPM/FPE (+8,62%) e empresas em geral (+6,83%).

Observa-se uma relativa estabilidade no fluxo de arrecadação a partir de abril de 2009, porém os resultados positivos ainda não foram capazes de reverter o quadro de queda da arrecadação nacional.

### Desempenho das Receitas Administradas pela RFB

#### Evolução durante a Crise (Nov/2008 a jul/2009)



Fonte: RFB

### Conjuntura Fiscal

No relatório de julho/2009 publicado no sítio do Tesouro Nacional, <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp>, consta que o resultado primário do Governo Central em julho de 2009 foi superavitário em R\$ 1,4 bilhão, contra déficit de R\$ 615,8 milhões em junho, sendo que o Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 4,6 bilhões, enquanto a Previdência Social

(RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 63,8 milhões respectivamente.

A evolução do acumulado de jan-jul/2009 decorre de fatores atípicos, sendo que o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 20,1 bilhões, contra R\$ 68,6 bilhões registrados em igual período de 2008. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 1,8% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 15,9%.



Fonte: Tesouro Nacional

## Comentários sobre os estudos desenvolvidos pelo Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB) no período de 2004 a 2008

O professor Fernando Rezende comentou os resultados obtidos pelo Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB), no período em que coordenou os trabalhos.

Iniciou sua fala mencionando que pouco se discutiu sobre a Federação no Brasil e que o assunto ainda é desconhecido ou pouco abordado por muitas pessoas que lidam com a política fiscal. Sugere que se faça um trabalho de recuperação do capital pensante sobre esse tema para que os projetos de lei sejam elaborados e trabalhados visando melhor harmonia entre os entes federados.

O (FFEB) buscou conhecer a experiência sobre os arranjos federativos de diversos países, entre eles Alemanha, Austrália, Canadá e Índia.

Do trabalho realizado, verificou-se a necessidade de discutir questões relacionadas à atribuição de encargos como referência para partilha de recursos. Além disso, a definição das competências tributárias e formas de compartilhamento são essenciais, considerado o contexto cultural, social e histórico de cada ente da federação.

Outro ponto importante refere-se à redução das disparidades entre entes federados. Para isto, deve-se

discutir o sistema de equalização que permita aos governos estaduais a prestação de serviços públicos de acordo com um padrão nacional.

O grande desafio consiste em conciliar a descentralização com a adequada capacidade de redução das desigualdades regionais. Para isso algumas questões deverão ser abordadas, tais como:

- Mecanismos apropriados para promover a redução das disparidades regionais.
- Opções para fortalecer a autonomia política e financeira de estados e municípios.
- O papel do governo federal na sustentação de programas sociais.
- Grau de descentralização compatível das desigualdades sócio-econômicas da federação brasileira.